

# Movimento de Reconceituação e Serviço Social argentino

Reconceptualization movement and Argentine Social Work

Carina Berta Moljo\*

José Fernando Siqueira da Silva\*\*

Roberto Zampani\*\*\*

**Resumo** – O presente artigo debate o Serviço Social argentino entre as décadas de 1960 a 1980. Além disso, analisa o processo de Reconceituação na Argentina e seus dilemas no conjunto do Movimento de Reconceituação latino-americano, analisando-o no contexto da mundialização capitalista-monopolista tardia e suas expressões na América Latina.

**Palavras-chave:** Reconceituação; história do Serviço Social; Argentina.

**Abstract** – This article discusses Argentine social work from the 1960s to the 1980s. It analyses the process of Reconceptualization in Argentina as part of the Latin American movement of Reconceptualization in the context of late monopolist-capitalist globalization and its expressions in Latin America.

**Keywords:** reconceptualization; history of social work; Argentina.

\* Assistente Social (UNR, Argentina). Doutora em Serviço Social (PUC-SP), com pós-doutorado na PUC-SP e na UFRJ. Professora Associada da UFJF e Pesquisadora do CNPq. Membro da Comissão do GTP da ABEPSS “Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”. *Correspondência:* Rua Irineu Marinho, 365, apt. 202, bloco Daniela Bom Pastor, Juiz de Fora - MG. CEP: 36021580. *Email:* <carinamoljo@uol.com.br>.

\*\* Assistente Social. Docente do Departamento de Serviço Social da UNESP-Franca. Professor colaborador do curso de mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Doutor em Serviço Social (PUC-SP). Pós-doutorado pela Universidade Nacional de La Plata (Argentina). *Correspondência:* Rua Rio Japurá, 1377, Franca - SP. CEP: 14406-034. *Email:* <jfernandoss@terra.com.br>.

\*\*\* Professor e investigador da Escuela de Trabajo Social - Facultad de Ciencia Política - Universidad Nacional de Rosario, Argentina. Trabalhador social do município de Rosário. *Correspondência:* Calle Poeta Pedroni, 2330, Rosário, Argentina, CEP: 2000. *Email:* <rzampani@hotmail.com>.

## **Introdução**

O objetivo deste artigo é debater o Serviço Social argentino entre os anos de 1960 e 1980 e destacar as particularidades do Movimento de Reconceituação latino-americano neste país<sup>1</sup>. Inicialmente serão tecidos comentários sobre o “chão sócio-histórico” que sustentou esse movimento na América Latina e na Argentina: a era monopolista tardia do capitalismo mundial e o debate entre as teses desenvolvimentistas e aquelas sustentadas na convivência ou na crítica à dependência.

No segundo momento é abordado o contexto político e social argentino e a presença, o intercâmbio e as influências do Movimento de Reconceituação. Para tanto, são perquiridas as influências teóricas, as relações estabelecidas com militantes, políticos e religiosos e a presença de grupos de base armados ou organizações político-militares. Na sequência, a Reconceituação é analisada no seu momento histórico, tomando como fonte principal livros e documentos da época, assim como publicações atuais que contribuem com a construção daquele período. Serão tratadas, ainda, as experiências do Instituto de Serviço Social e o Grupo Ecro como bases do Movimento de Reconceituação na Argentina.

Por fim, são explicitadas algumas indagações necessárias para a continuidade da crítica na atualidade, indicando caminhos possíveis para a reflexão e para a análise do tema. Neste sentido, caberia perguntar: foi somente o esplendor de uma época? Qual a “herança” deixada pela Reconceituação? Este processo foi abortado pelo golpe cívico-militar de 1976?

Vale ressaltar que o texto aqui apresentado é parte de um estudo mais amplo que pretende reconstruir o Movimento de Reconceituação na América Latina e as interlocuções realizadas com alguns países da Europa e da América do Norte, pesquisa esta coordenada pelas professoras Marilda Vilela Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos, financiada pelo CNPq.

## **Desenvolvimentismo, dependência e renovação do Serviço Social latino-americano**

O Serviço Social não se explica a partir de si mesmo. Não são poucas as orientações que ressaltam aspectos contidos na gênese, no desenvolvimento, na institucionalização e na renovação desta profissão, até os dias atuais, sem um cuidado essencial: reconstruir mentalmente processos objetivamente postos e imersos em uma totalidade social historicamente determinada (MARX, 1989), particularizada a partir de condições específicas não menos importantes.

---

<sup>1</sup>O Movimento de Reconceituação foi geograficamente bem definido e historicamente datado: ocorreu no continente latino-americano em um período situado, no geral, entre 1965-1975 (NETTO, 1981, p. 60). Tinha como proposta contestar as teses do Serviço Social tradicional, ou seja, aquele estruturalmente vinculado às protoformas desta profissão.

Trata-se, portanto, de um processo material, socialmente determinado, com base em condições históricas bem definidas: a sociedade burguesa monopolista (NETTO, 1992 e 1991), em seus diferentes tempos, crivada pela luta de classes, inscrita na divisão social do trabalho, como especialização do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2007)<sup>2</sup>. A questão que aqui se coloca é muito clara: revelar as mediações capazes de explicar as particularidades de processos universais, especificamente na diversa América Latina, tendo o Serviço Social como parte dessa complexa dinâmica.

Vale ressaltar, então, que qualquer tentativa de generalizar determinados contextos sem captar suas particularidades ou, ao contrário, crer que “o específico” explica complexos processos por si mesmo, “fala por si”, acaba por reproduzir heterogêneas orientações que priorizam dimensões gnosiológicas e logicistas que manipulam o real e seu movimento em nome da ciência (LUKÁCS, 1981, p. 109-131; 2010, p. 58).

É a partir desta base metodológica que o tema deste artigo será tratado. O Movimento de Reconceituação, como determinado complexo social objetivado em alguns países da América Latina em realidades e contextos particulares, parte de uma totalidade histórica determinada. Além disso, não pode ser unicamente explicado a partir de um movimento interno à profissão (reeditando certo tipo de endogenia), como um protagonismo exclusivo de seus profissionais e vanguardas empenhadas em reconceituar teórica, prática e metodologicamente o Serviço Social em suas respectivas realidades.

Trata-se, claro, de um processo constituído por profissionais, quadros intelectuais e militantes, apoiado na atuação de entidades latino-americanas da categoria<sup>3</sup>, mas inexplicáveis e insuficientes por si e em si mesmos. O Serviço Social argentino, sua reconceituação no âmbito do Movimento de Reconceituação latino-americano, é parte dessa complexa dinâmica<sup>4</sup>.

É fato que se, por um lado, a gênese da profissão no mundo esteve estruturalmente articulada à fase monopolista-fordista do capitalismo (típica de determinado momento do imperialismo mundial – LENIN, 2008; LUXEMBURGO, 2011; GRAMSCI, 1989), por outro, o Movimento de Reconceituação na América Latina e as tendências renovadas, objetivadas nesta parte do continente americano e neste tempo histórico, *foram tecidas na fase tardia*

<sup>2</sup> Nunca é demais repetir a relevância e o caráter inacabado de duas teses: a) a gênese desta profissão na era monopolista do capital (afirmação feita por José Paulo Netto); e b) o Serviço Social como profissão que se inscreve na divisão social e técnica do trabalho capitalista e nela se especializa. Isto não elimina, mas afirma, a necessidade de investigar as particularidades destas teses nas diferentes regiões do globo.

<sup>3</sup> É essencial ressaltar o importante papel desempenhado pela Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (Alaets), fundada em 1965 – hoje, Asociación Latinoamericana de Enseñanza y Investigación em Trabajo Social (Alaeits) – e pelo Centro Latinoamericano de Trabajo Social (Celats), fundado em 1975.

<sup>4</sup> Netto (1981, p. 60) destaca que o Movimento de Reconceituação – que não se confunde com as propostas de renovação do Serviço Social “ [...] foi sempre uma mescla de tendências heterogêneas e até conflitantes; [...] debateu-se numa ambiguidade que nunca foi clarificada; gravitou ora em torno de uma proposta de adequação profissional às demandas institucionais (modernização), ora em torno de uma alternativa que postulava uma prática de natureza nova (ruptura).”

*do capitalismo* (MANDEL, 1985). Esta etapa foi marcada pela modernização conservadora, mundialmente em curso já na segunda metade dos anos 1960, bem como pelo reaquecimento da luta de classes sob o comando da Guerra Fria, após a “onda longa” de crescimento da economia capitalista iniciada no pós-segunda guerra mundial (MANDEL, 1985, p. 75-102).

Ernest Mandel (1985) ressalta, ainda, a necessidade de explicar os elementos constitutivos que determinaram, já no final do século XIX e durante todo século XX, a alta capacidade de o capital produzir-se e reproduzir-se a partir de suas próprias crises. Destaca que a explicação disto está em um complexo processo que não é determinado por evoluções lineares, previsíveis, situadas no campo da economia-política burguesa (as leituras monocausais das “ondas longas”). Ao contrário, explica-se pelo seu dinamismo, por sua capacidade de lidar e superar instabilidades, movimentar-se na complexa dinâmica que determina a composição orgânica do capital (MARX, 1983 a e b), cuja articulação entre capital constante (em geral direcionado à renovação e reposição de tecnologias – como capital fixo – e compra de matérias-primas) e capital variável (destinado ao pagamento da força de trabalho) nem sempre é controlável (ainda que manipulável pela grande burguesia). Nisto atua e influi a organização dos trabalhadores, a luta de classes, crescentemente afetada a partir da crise dos anos 1970.

Como se sabe, a “onda longa” de crescimento, que perdurou por cerca de 25 anos, estagnou-se mundialmente já no fim da década de 1960 e desencadeou uma profunda crise nos anos 1970 (superficialmente conhecida como a “crise do petróleo”). Ela repercutiu drasticamente na economia latino-americana no fim dos anos 1970 e fundamentalmente na década de 1980, objetivada politicamente nos golpes militares e em suas ditaduras (Chile e Uruguai em 1973, Argentina 1976), que começaram a implementar as “primeiras reformas neoliberais”. Isto, ao mesmo tempo, colocou as bases para a definitiva ofensiva e recrudescimento do projeto neoliberal no continente americano no início dos anos 1990, com sustentação liberal-renovada, ultraliberal, inspirada no padrão toyotista de acumulação<sup>5</sup>. Aqui, o capitalismo realizou sua modernização conservadora, recuperando o legado hiper-tardio da revolução burguesa nesta parte do globo, sua tradição colonial e dependente (MARINI, 2014; FERNANDES, 1987, 2009).

Debatendo as teses da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) acerca do subdesenvolvimento latino-americano, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1977) formulam uma versão própria da teoria da dependência. Os autores, de forma geral, relacionam as causas do subdesenvolvimento às condições dependentes das economias na América Latina, ressaltando a inseparabilidade entre elas. Todavia, insistem que

<sup>5</sup> Governos como os de Collor e de FHC (Brasil), Menem, De La Rúa (Argentina), Pinochet, Azócar e Ruiz-Tagle (Chile), Péres, Lepage, Velásquez e Caldera (Venezuela), Trujillo, Pizano, Arango e Uribe (Colômbia) e Fujimori (Peru), por exemplo, entre outros criados na América Latina no mesmo período, foram rigorosamente influenciados pela cartilha neoliberal do Consenso de Washington.

esse modelo que associa subdesenvolvimento e dependência é “típico” desta realidade e que o caminho possível e proveitoso para a América Latina seria o de reforçar a associação entre interesses internos e externos buscando integrar-se a ele.

Em outras palavras, para Cardoso e Faletto (1977), o desenvolvimento seria fruto desta associação que compõe a natureza do modelo econômico latino-americano, não se constituindo, necessariamente, em um elemento impedor do desenvolvimento, mas sendo – quando devidamente articulado – seu estimulador. A proposta em questão, formulada na esteira da “crítica resignada” weberiana, chega à conclusão de que é possível e necessário estimular o desenvolvimento nesta parte do continente americano no cenário marcado pela dependência, defendendo uma espécie de “desenvolvimento possível”: *a modernização conservadora promovida dentro das fronteiras da dependência*. O teor crítico e resignado, então, objetiva-se.

Ainda que reproduzindo trajetórias diversas e características peculiares, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes adotam caminhos opostos ao de Cardoso e Faletto. Ressaltam a perversidade da dependência latino-americana, seus entraves estruturais para um projeto nacional-desenvolvimentista na região, bem como as consequências disto tanto para a constituição das classes sociais, como para os trabalhadores desta parte centro-sul do continente americano. Enquanto o primeiro enfatiza o que denominou de *superexploração da força de trabalho e subimperialismo* no processo de constituição dependente da América Latina (MARINI, 2014, p. 164-177), suas lutas revolucionárias, o segundo discute os caminhos objetivamente possíveis, factíveis, para o desenvolvimento latino-americano. Desse modo, destaca a necessidade da superação da dependência, *construída na relação entre o arcaico e o novo, pela via colonial*, que é componente intrínseco da dinâmica imposta pelo capitalismo mundial em sua fase tardia (FERNANDES, 2009).

Ruy Mauro Marini tece críticas radicais às ilusões vinculadas às possibilidades de o capitalismo dependente dinamizar o mercado interno, promover a mobilidade social de forma consistente e permanente e sustentar o desenvolvimento nacional dos países latino-americanos, bem como rebate as teses sobre a “desindustrialização” e sobre a existência de uma “nova classe média”, que escamoteiam o subdesenvolvimento intrínseco à dependência<sup>6</sup>.

Em outras palavras, para Ruy Mauro Marini (2014), *a ruptura com o subdesenvolvimento exige a superação da dependência*. O autor ressalta que o aprofundamento do processo de industrialização nos países centrais e sua necessária infraestrutura (em particular aquela relacionada com a indústria pesada), contexto adensado a partir do final da Segunda Guerra Mundial, inflou a demanda mundial por matérias-primas e alimentos e per-

<sup>6</sup> Um leitor atento verá que estes temas estão na agenda atual da América Latina. Não são, todavia, novos.

mitiu que a economia latino-americana vivesse seu auge. Todo esse processo se edificou a partir da *superexploração* da força de trabalho, que caracteriza a América Latina (MARINI, 2014, p. 52), e do *subimperialismo* exercido por nações dependentes que exercem funções importantes e de comando regional sobre outros países inseridos no circuito da dependência mundial.

Florestan Fernandes (2009), por sua vez, em uma série de conferências proferidas e documentadas no mesmo período (anos 1960), reconhece explicitamente os entraves gerados pela dependência. Referindo-se aos setores dominantes nacionais (as burguesias e suas frações), associados aos representantes do grande capital externo (tema que explora em seus estudos sobre as classes sociais latino-americanas), o autor lembra que a “*dependência e o subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados*” (FERNANDES, 2009, p. 34, p. 48-49), ainda que o imperialismo tenha “*limitado a amplitude dentro da qual a iniciativa privada – na América Latina “poderia desempenhar suas funções construtivas e inovadoras”*” (FERNANDES, 2009, p. 36).

Além disso, Florestan Fernandes (2009) também reconhece que a alternativa revolucionária, de ruptura radical com a dependência e crítica à modernização conservadora, é a que melhor representa os interesses desta parte da América, ainda que – mais otimista que Marini – não desprezasse possibilidades contidas no modelo que caracterizou como “*nacionalismo revolucionário*”, centrado em outro tipo de “*capitalismo de Estado*”. Ambas as alternativas poderiam evoluir para um processo comprometido com a constituição de povos livres e independentes (FERNANDES, 2009, p. 39)<sup>7</sup>.

O Movimento de Reconceituação latino-americano, como processo particular, objetivou-se diversamente nesta parte do continente americano, estimulado e alimentado diretamente pelo recrudescimento da instabilidade social, já claramente perceptível na segunda metade dos anos 1960. Esse período foi um cenário marcado pela estagnação da “onda longa”, iniciada com a reconstrução da Europa a partir de 1945, pela intensificação da Guerra Fria, pela reorganização das esquerdas no continente (em que Cuba foi o exemplo mais radical) e pela articulação de projetos societários que, de partida, possuíam críticas ao imperialismo norte-americano em curso nesta região do globo.

Tudo isso foi marcado por um processo de industrialização orientado por uma modernização conservadora e dependente. Este contexto implodiu o Serviço Social tradicional, os impulsos renovadores pontuais realizados antes da década de 1960 e suas bases inicialmente edificadas sob as condições monopolistas-fordistas. Assim, impôs a necessidade de uma articulação interna-externa que pudesse responder mais adequadamente às demandas objetivamente postas à profissão a partir da segunda metade dos anos 1960. Tais alternativas se refrataram em orientações profissionais diver-

<sup>7</sup> Trata-se de um debate absolutamente necessário e aberto às esquerdas latino-americanas.

sas (sempre renovadas), estivessem elas comprometidas com o campo da modernização conservadora, seu relativo questionamento ou sua crítica mais radical. A Argentina é parte deste complexo contexto, como formação social particular, intercalando ditaduras cívico-militares e momentos de maior liberdade democrática.

### **O cenário político da Argentina dos 1960 e 1970**

Os parágrafos anteriores se detiveram no período posterior à Segunda Guerra Mundial, destacando o crescimento econômico deste momento e a profunda crise já anunciada na segunda metade dos anos 1960. Importa destacar que, na Argentina, vinham sendo implementadas políticas desenvolvimentistas que, na esteira do cenário internacional, chegavam ao esgotamento. As estratégias golpistas, então, recrudesce no país com a deposição do presidente Arturo Umberto Illia Francesconi (1963-1966) e a ascensão do ditador Juan Carlos Onganía (1966-1970), processo este que preanunciou a sangrenta ditadura cívico-militar implantada a partir de 1976.

O onganismo foi implacável com os trabalhadores, com os estudantes e com os intelectuais. Entrevi nas universidades com um grau de violência até então desconhecido, o que levou à renúncia massiva de professores e ao exílio de muitos deles. Paradoxalmente, quanto mais se proscrevia o espaço político, mais eram radicalizadas as ações da juventude por meio de suas organizações.

É necessário destacar, ainda, o cenário sócio-político vivido na época, ou seja, um clima de profunda efervescência social. De fato, nestas décadas, o mundo abria um período de profundas transformações, desde a Revolução Cubana, passando pela Guerra no Vietnã, pelo maio francês, pela chegada de Allende ao governo no Chile, pela Revolução Cultural na China, pela descolonização dos países africanos, bem como por uma profunda transformação cultural e revolução nos costumes<sup>8</sup>. Em outras palavras, vivia-se um ambiente cultural que sugeria que a revolução era possível e que havia chegado a hora de alterar a ordem em curso (HOBSBAWM, 1997, p. 433).

De fato, com o fechamento dos espaços públicos, vão sendo criados espaços paralelos de estudo e de organização que passam a criticar o “cientificismo” existente nas universidades e incentivam certo tipo de ciência mais próxima à realidade latino-americana. Embora o movimento de reverse, de reconceituar-se, tenha atingido as Ciências Sociais como um todo, o alcance desta reconceituação e seus desdobramentos – no Serviço Social –

<sup>8</sup> Não cabe, aqui, mapear a riqueza sociocultural deste momento. Ela foi sentida ampla e mundialmente em diversos segmentos sociais, também na América Latina, refratando-se na cultura, nas expressões artísticas, na política, etc. Afetou profundamente os costumes e as relações de gênero, impulsionada, inclusive, pela descoberta e pelo uso de anticoncepcionais que alterou profundamente o comportamento sexual das mulheres.



foram significativos e diversos. É exatamente no conjunto deste debate que se produziu a primeira aproximação com a teoria social de Marx, ainda que de forma enviesada, pouco assentada nos estudos originais marxianos, re-produzindo certo tipo de “marxismo sem Marx” (NETTO, 1988).

Em muitos casos, os grupos de estudos funcionaram como uma via de entrada para a militância política, já que o entendimento era de que não bastava conhecer a realidade, mas agir sobre ela. É neste período que as organizações político-militares, ou organizações armadas, surgem na Argentina, com diversas e heterogêneas tendências, inicialmente influenciadas pela resistência peronista<sup>9</sup>, bem como incentivadas pela experiência cubana e pela ação de Che Guevara na Bolívia. Todavia, o elemento fundante desta organização baseava-se na repressão sofrida durante o governo de Onganía e a convicção de que não era possível construir uma sociedade justa dentro das fronteiras da sociedade burguesa.

Nesse complexo contexto são forjadas as ações de grupos armados, que ingressam como atores atuantes no cenário político depois de 1969<sup>10</sup>. Diversos protestos populares eclodem na Argentina, entre eles os conhecidos Cordobazo e Rosariazo, movimentos de protesto que uniam, pela primeira vez, o movimento estudantil e o movimento operário<sup>11</sup>.

Em 1973, a presidência da Nação é assumida democraticamente por Hector José Cámpora (vinculado ao Partido Peronista). Vivia-se um “clima festivo e militante”, as palavras de ordem eram “liberação ou dependência”, mas a primavera pouco durou. Cámpora renunciou para dar lugar a uma nova eleição na Argentina, momento em que foram eleitos Juan Domingo Perón “que retornava do exílio” e a sua mulher Isabel Martinez de Perón. Perón morreu pouco depois de assumir a presidência e os setores mais conservadores e reacionários tomaram o poder<sup>12</sup>.

Desde 1974, os enfrentamentos passaram a ser cada vez mais abertos, ao mesmo tempo em que o espaço público se fechava e o clima de militarização se adensava. Os grupos paramilitares, especialmente a Aliança Anticomunista Argentina (Triple A), interviam abertamente nas universidades e na vida pública, causando temor na sociedade. A tragédia anunciada se objetivou em 24 de março de 1976, momento em que os militares tomaram o poder no país, dando início a um dos períodos mais violentos da história da Argentina dos últimos tempos. O terrorismo, as desapareções e as mortes recrudesceram como práticas comandadas pelo estado autoritário.

.....  
<sup>9</sup> Conferir Filiberto y Armida (2000).

<sup>10</sup> No primeiro momento, surgiram numerosos grupos armados. Conforme Viano (2000), porém, somente cinco tiveram alcance nacional: Montoneros, Partido Revolucionário do Povo, Exército Revolucionário Popular (PRT-ERP), Forças Armadas de Liberação (FAL), Forças Armadas Peronistas (FAP) e as Forças Armadas Revolucionárias (FAR).

<sup>11</sup> Ver: Antognazzi (1995), entre outros.

<sup>12</sup> Mereceria uma análise específica a relação do Perón com os setores à esquerda dentro do próprio peronismo, já que o governante não aceitava as “invasões marxistas” dentro do movimento.



Não poderia ser diferente com o Serviço Social e com aqueles militantes a ele vinculados. O legado crítico também aí acumulado deveria ser combatido e aniquilado. Os impactos nas diversas escolas do país foram diferenciados: algumas escolas de Serviço Social sofreram intervenção e outras foram simplesmente fechadas<sup>13</sup>. O fato é que o debate que vinha sendo travado ao interior do Serviço Social foi abruptamente interrompido e as perspectivas críticas silenciadas.

### **O Movimento de Reconceituação em Argentina**

Analisou-se, até o presente momento, o contexto no qual se desenvolveu o Movimento de Reconceituação. Vale destacar, ainda, o que de fato constituiu esse movimento no âmbito do Serviço Social argentino como parte das Ciências Sociais, que também se reconceituavam, alimentadas pelo caldo cultural de esquerda presente na época.

Trata-se, sem dúvida, de um período que pode ser caracterizado como de “florescimento do Serviço Social”, que buscava a sua identidade latino-americana (MOLJO, 2005). Ainda que se deva reconhecer as particularidades desta crítica e das lutas empreendidas na diversa formação sócio-histórica das nações latino-americanas, é preciso reconhecer que o sentimento de unidade entre os países deste continente e seu ideário anti-imperialista (anti-norte-americano) foram comuns à denominada “geração 65”, dentro do heterogêneo, complexo e múltiplo Movimento de Reconceituação da América Latina<sup>14</sup>.

Há que se ressaltar a abordagem oferecida pelo intelectual chileno Diego Palma (1977), quando este autor afere à Reconceituação algumas características: ela emerge a partir do desencantamento da função exercida pelo Serviço Social tradicional, procurando uma alternativa de transformação social; desenvolve-se, inicialmente, nos países que possuem um adensamento da luta de classes, contando com grupos reconceitualizadores concentrados nas universidades e em setores da Igreja Católica orientados pela teologia da liberação.

Com isto estamos afirmando que nem tudo o que se passava nesse período como renovação pode ser denominado como parte da Reconceituação<sup>15</sup>, mesmo que setores vinculados às alas conservadoras da profissão se tenham autoproclamado como tal. Entendemos que as características antes

<sup>13</sup>Conforme o estudo de Castronovo (1999, p. 8), do total de 45 escolas de Serviço Social que existiam nesse momento, 14 foram fechadas ou suspenderam o seu funcionamento. As universidades já vinham sofrendo intervenção desde 1975.

<sup>14</sup> Há de se ressaltar, sumariamente, o caráter heteróclito (NETTO, 1981, p. 60), as diferentes abordagens das esquerdas no movimento, bem como a polêmica (em aberto) sobre a possibilidade de incorporar ou não, no seu interior, tendências renovadoras e modernizadoras que apresentaram determinadas alternativas ao Serviço Social tradicional.

<sup>15</sup> Ainda que este cenário mereça maior cuidado investigativo-analítico.

citadas são fundamentais para estabelecer alguns parâmetros para compreender este movimento, que teve uma enorme transcendência e importância para o Serviço Social. Como bem sinalizava Alayón (2005, p. 10),

Si creemos oportuno destacar las grandes influencias teóricas y políticas que recibió el Movimiento. Los principales aportes provinieron de la teoría de la dominación y la dependencia, del marxismo, de las propuestas ‘concientizadoras’ del pedagogo brasileño Paulo Freire y también de la teología de la liberación.

É sob estas influências e pela ruptura com as tendências modernizadoras do desenvolvimentismo que este movimento se gesta e se desenvolve na Argentina, destacando que até hoje existem visões e compreensões diferenciadas que precisam ser explicitadas e aprofundadas mesmo nesta realidade.

É relevante destacar que existiu uma relação de negação-superação das tendências desenvolvimentistas dentro da profissão com as da Reconceitualização do Serviço Social na Argentina, já que estas últimas devem ser explicadas a partir do debate travado inicialmente nos marcos das propostas desenvolvimentistas. As duas propostas são do mesmo período, sendo influenciadas por orientações teóricas diferentes, por experiências práticas, pelo “espírito” da época. Elas convivem, mas se negam, realizando uma interlocução necessária entre si, como será destacado a seguir.

Para Aquin (2005, p. 21), a Reconceitualização “*puede considerarse como una disconformidad con el saber académico instalado y como una crítica negativa tanto al ejercicio profesional como a los arreglos institucionales en que tal ejercicio tiene lugar*”. A autora insiste que este movimento surge no processo de radicalização mais amplo das Ciências Sociais e da sociedade como um todo, destacando algumas influências – para ela negativas – que recaíram sobre a Reconceitualização: o maio francês, o marxismo como socialismo científico, em oposição ao socialismo utópico, a teoria da dependência, entre outros aspectos<sup>16</sup>.

Para Kisnerman (2005, p. 35), “Nadie puede negar que la Reconceitualización fue el producto de una actitud crítica frente al modelo positivista-funcionalista. Y la afirmación de un Trabajo Social consubstanciado con lo latinoamericano, frente a las embestidas dominantes del poder norteamericano [...]”. Nota-se, aqui, que o autor tece observações voltadas à Reconceitualização prioritariamente assentadas nas condições da Argentina, entre 1965 e 1975, ou seja, um processo comandado pelo debate progressista com certa literatura situada à esquerda, embora não necessariamente marxista e marxiana.

<sup>16</sup> É interessante destacar que este tipo de abordagem encontrou eco em outros países latino-americanos. Consultar, por exemplo, o artigo escrito pela brasileira Helena Iracy Junqueira (1980).

José Paulo Netto (2005, p. 76-77) ressalta que o Movimento de Reconceituação trouxe conquistas importantes para a profissão. Entre elas, destaca: a) a articulação de uma nova concepção de unidade latino-americana; b) a explicitação da dimensão política da ação profissional; c) a interlocução com as Ciências Sociais e a inauguração do pluralismo profissional.

A principal conquista da Reconceituação, porém, parece localizar-se num plano preciso: *o da recusa do profissional de Serviço Social a situar-se como um agente técnico puramente executivo* (quase sempre, um executor terminal de políticas sociais). Reivindicando atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção micro-social, valorizando nas funções profissionais o estatuto *intelectual* do assistente social (abrindo, pois, a via para a inserção da *investigação* como atributo também do Serviço Social), a Reconceituação assentou as bases para requalificação profissional, rechaçando a subalternidade expressa na até então vigente aceitação da divisão consagrada de trabalho entre cientistas sociais (os ‘teóricos’) e os trabalhadores sociais (os profissionais ‘da prática’). (NETTO, 2005, p. 77).<sup>17</sup>

Uma das expressões deste movimento na Argentina foi o Instituto de Serviço Social, conhecido como Instituto Bolívar, por ser o berço do Grupo Ecro, que colocava em xeque o “tipo” de formação profissional que vinha sendo gestado naquele país. Como dito anteriormente, havia um projeto de “desenvolvimento” para a América Latina e para o país, proposta essa sustentada nas análises realizadas pelos organismos internacionais. Este projeto entendia que a Argentina podia ser desenvolvida a partir do melhoramento das potencialidades dos sujeitos, com base em um processo de modernização cultural e econômica.

O projeto modernizador procurava intervir em todas as esferas da vida social e via os assistentes sociais como um dos especialistas com condição profissional para atuar na modernização daqueles setores “mais atrasados”<sup>18</sup>, os mais pobres, e integrá-los ao desenvolvimento previsto pelos organismos internacionais. Sendo assim, é possível compreender o porquê da necessidade de avaliar as escolas de formação e verificar se elas estavam ministrando os conteúdos necessários para contribuir com estas “mudanças”.

Como pode ser observado, a dimensão política da ação socioeducativa do profissional do Serviço Social estava presente neste debate, embora com a visão modernizadora, de mudança e de desenvolvimento. É neste contexto que, a pedido do governo argentino, no ano de 1957, solicita-se à

<sup>17</sup> Todavia, no mesmo texto, o autor chama a atenção para as particularidades do impacto da Reconceituação no Brasil (NETTO, 2005, p. 81). Esta observação remete à necessidade de estudos mais densos sobre a diversidade e o significado deste movimento na América Latina.

<sup>18</sup> É importante destacar que até este período a profissão era chamada, na Argentina, de Serviço Social. Será justamente no bojo do Movimento de Reconceituação que a mesma muda de nome para Trabajo Social, como uma forma de demonstrar a ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador.

administração de assistência técnica da ONU uma missão de assessoramento sobre o ensino no Serviço Social realizado na Argentina (ALAYÓN, 2005). Chega ao país, portanto, a assistente social chilena Maidagán de Ugarte, com o objetivo de conhecer e avaliar as Escolas de Serviço Social.

Após realizar uma análise rigorosa das escolas de Buenos Aires, Rosario, La Plata e Santa Fe, a profissional observa que elas não possuíam o perfil esperado. Ugarte, então, produz e propõe um manual de recomendações para modificar as grades curriculares, o perfil profissional e os conteúdos teóricos das escolas. Tais recomendações não foram atendidas. Neste contexto foi criado, em 1959, o Instituto de Serviço Social (que funcionou entre 1959 e 1969).

Segundo Alayón (2005), durante a gestão do primeiro diretor, o médico psiquiatra Ricardo Tarsitano, as diretrizes desenvolvimentistas recomendadas por Maidagán de Ugarte foram mantidas. Esta foi, na Argentina, a experiência fundamental da proposta desenvolvimentista em Serviço Social, uma proposta com clara inspiração modernizante. Contudo, deste instituto é que sairão as primeiras formulações do Movimento de Reconceituação na Argentina, inclusive contrapondo-se às teses desenvolvimentistas, no mesmo processo de radicalização mencionado anteriormente.

Aqui é possível verificar o processo histórico no seu percurso contraditório, bem como a rapidez com que ele se sucedia em tempos de mobilização social intensa. O instituto recebia alunos de toda América Latina, sendo que desta experiência será publicada a Revista de Serviço Social, intitulada *Hoy en el Servicio Social*, em 1964, assim como serão divulgadas as atividades realizadas pelo Grupo Ecro<sup>19</sup>. O instituto era considerado, para muitos, a “vanguarda” do Serviço Social argentino.

Como mencionado, embora o instituto e o Grupo Ecro tenham surgido com inspiração desenvolvimentista, será no intercâmbio com outras experiências (fundamentalmente chilenas e uruguaias), assim como no encontro cotidiano nas comunidades e com outros atores sociais (trabalhadores, militantes políticos, grupos cristãos influenciados pela teologia da libertação etc.), que o Grupo Ecro vai radicalizando as suas ideias. O fruto desta radicalização é o nascimento do Movimento de Reconceituação para o caso argentino (GRASSI, 1989).

Destaque deve ser feito para o fato de que o Movimento de Reconceituação não foi “simplesmente aceito” pela categoria profissional, já que as correntes mais conservadoras da profissão viam nos reconceituadores um “perigo à profissão”.

Hacia el año de 1969 fueron paradigmáticas las acusaciones de la asistente social argentina Marta Ezcurra, vicepresidente para América

<sup>19</sup> Grupo Ecro: grupo de jovens estudantes e docentes do Instituto de Serviço Social que produzem um forte debate na profissão e difundem as suas ideias a partir da criação de uma editora de mesmo nome, que – sem dúvida – gerou um importante movimento editorial.

Latina de la Unión Católica Internacional de Servicio Social (UCISS). Ezcurra (1899-1995) representante del pensamiento lúcido del catolicismo conservador, acusó al grupo ECRO y a colegas de Uruguay y de Chile de ser ‘cabeceras organizadas del movimiento comunista dentro del Servicio Social’. (ALAYÓN, 2005, p. 11).

Não por acaso, a nota editorial nº 5/6, de janeiro e fevereiro de 1966, da revista *Hoy en el Servicio Social*, destacava que o periódico estava sendo proibido de circular em algumas escolas, uma vez que seu conteúdo era considerado como uma “*confabulação comunista e antipatriótica de profissionais e científicos destacados*”. Lembremos que estava próximo o novo governo militar de Onganía, que assumirá o poder em 28 de junho de 1966, destituindo o então presidente eleito Illia. Este governo será o prenúncio da ditadura mais cruel, que aconteceria em 1976.

O governo de Onganía (1966-1970) destacava o desenvolvimento de comunidade como uma estratégia para substituir os partidos políticos e sindicatos (que estavam proibidos). Foi justamente esta proximidade dos estudantes com a realidade da comunidade e do “povo” que acabou por radicalizar a ação dos jovens universitários.

O certo é que, naquele período, foram criadas várias escolas de Serviço Social (sejam universitárias ou terciárias<sup>20</sup>) e que grande parte das que existiam passaram por importantes mudanças nos planos de estudos, trazendo à tona o Movimento de Reconceituação e o pensamento latino-americano.

Como já mencionado, o compromisso assumido com a classe trabalhadora e suas frações foi uma característica essencial do Movimento de Reconceituação. Este descobrimento da realidade levou muitos jovens estudantes a uma militância mais comprometida, descobrindo a “dimensão política da profissão”, que em muitos casos desconsiderou os limites do “fazer profissional” e da militância política. Sem dúvida este foi um traço importante da Reconceituação na Argentina (e não só dela), ou seja, um militantismo que gerou – em muitos casos – o abandono das instituições por serem estas consideradas espaço único de reprodução da ordem dominante.

Hoje, após balanço crítico daquele período, há certo consenso sobre esse equívoco, ainda que seja necessário destacar o avanço ídeo-político que sustentou outra espécie de compromisso profissional com as camadas trabalhadoras, na direção de um projeto profissional radicalmente novo. O Movimento de Reconceituação na Argentina era criticado, então, ora por privilegiar o âmbito acadêmico, ora por valorizar o trabalho de campo, a militância. Com a ditadura implantada em 1976, todos estes emba-

<sup>20</sup> Destacamos que nesse período (assim como na atualidade) as Escolas de Serviço Social se desenvolviam em diferentes instâncias, algumas nas universidades, outras nos Ministérios de Bem-Estar Social, Saúde e Assistência, outras no âmbito terciário, tendo duração entre três a quatro anos.

tes teóricos e políticos foram silenciados e uma geração perseguida (parte dela eliminada). O silêncio, a censura, o medo, o terror e o desaparecimento de pessoas foi o que predominou.

Recuperando a mais fina e densa tradição reconceitualizada, a radicalidade deste compromisso exigiria não apenas a superação das ditaduras cívico-militares na América Latina, mas também o adensamento sobre o significado da dependência latino-americana na ordem burguesa tardia e os limites objetivos da profissão.

### **Considerações finais**

Não parece possível analisar o Serviço Social na contemporaneidade sem antes explicar o período histórico no qual o Serviço Social argentino acompanhou este intenso movimento de “repensar ou reconceituar” a universidade e a profissão, os conteúdos teóricos e o perfil profissional pretendido, buscando contribuir para uma formação crítica e comprometida com os interesses das “classes populares” e com uma visão latino-americana. Muitos dos atores principais destas mudanças se aglutinavam dentro do Movimento de Reconceitualização latino-americano, com posturas claramente anticonservadoras e com aproximações à “tradição marxista”. Conforme destaca Palma (1977, p. 25),

Lo que caracteriza a la reconceptualización no es la homogeneidad interna del conjunto, no existe una común declaración de principios en que todos los participantes se reconozcan y que norme sus actuaciones sino, más bien, una unidad laxa cuyo denominador común es la adhesión a ciertos parámetros de interpretación de la realidad de América Latina y del Trabajo Social que les permite reconocer desafíos y tareas que los oponen francamente a la práctica corriente que, hasta entonces, ha delineado el perfil del Servicio Social en el continente. Es esta posición la que ha permitido que, a pesar de una base de unidad muy laxa, los múltiples grupos locales se hayan reconocido e influenciado unos a otros.

Neste período, as diferentes perspectivas dentro do Serviço Social “começavam a diferenciar-se”, expressando intensa partidarização e politização. Posto isto, algumas reflexões devem aqui ser destacadas como estímulo ao debate do tema na Argentina:

- a) Um traço fundamental da Reconceitualização, no caso argentino, foi o de procurar ou pensar um “Serviço Social verdadeiramente latino-americano”, muitas vezes inspirado no sentimento antinorte-americano da época.
- b) Existe uma polêmica sobre as matrizes de pensamentos ou correntes teóricas e políticas que influenciaram a Reconceitualização na

Argentina. Há produções e pesquisas que entendem que, além da influência “teórica do marxismo”, de Paulo Freire, da teologia da libertação, entre outros, a Reconceituação conviveu, debateu e se nutriu da experiência e da reflexão política do peronismo (na sua vertente de liberação nacional) (ARIAS, 2012; SERVIO, 2009; SIEDE, 2015). Trata-se de assunto a ser melhor investigado.

c) Tais influências, embora polêmicas, possibilitaram a busca por uma profissão que acompanhasse os grandes projetos societários, abandonando a “neutralidade política” típica do desenvolvimentismo. A presença e o debate com militantes vinculados a variadas tendências políticas (grupos armados de diferentes orientações marxistas, do peronismo e suas vertentes, com movimentos operários, estudantis e cristãos) vincularam-se à “ideia de compromisso”, que permeia até hoje a profissão.

d) Considerando o que foi apontado no item c) é preciso adensar o debate sobre o Movimento de Reconceituação e os desenvolvimentismos propostos na época.

e) Hoje, estão presentes na Argentina diversas tendências teórico-práticas comprometidas com a modernização conservadora e aquelas herdeiras do legado crítico da Reconceituação (em que pese a diversidade disto). Este debate, hoje, se apresenta de forma polêmica na Argentina, seja no campo acadêmico, seja no profissional.

Os tempos atuais são extremamente difíceis: restauração conservadora, adensamento de tendências reacionárias, recrudescimento e ofensiva da sociedade do capital. Caberia indagar: acumulou-se algo da história recente? Qual o legado deixado pelo Movimento de Reconceituação para os desafios atuais? Estudar, pesquisar, resistir, propor, desenvolver a grande política – contaminada de economia-política –, ter posição de classe em favor daqueles que, diversamente, vendem a força de trabalho, é absolutamente essencial. Estamos teórica e praticamente à altura desta batalha?



## Referências

ALAYÓN, N. (Org.). *Trabajo social latinoamericano*. A 40 años de la Reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

ANTOGNAZZI, I. La lucha armada en la estrategia política del PRT\_ERP (1965-76). In: *Del Rosaríazo a la democracia del 83*. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 1995.

AQUIN, N. Reconceptualización: un Trabajo Social alternativo o una alternativa al Trabajo Social? In: ALAYÓN, N. (Org.). *Trabajo Social latinoamericano*. A 40 años de la Reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

ARIAS, A. *Pobreza y modelos de intervención*. Aportes para la superación del modelo de asistencia y promoción. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2012.

CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

CASTRONOVO, R. *Los procesos de revisión, evaluación y reformulación de los proyectos de formación profesional de los trabajadores sociales argentinos*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social da PUC/SP, São Paulo, 1999.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

FILIBERTO, B.; ARMIDA, M. Entre la proscripción y el desarrollo (1955-1966). In: *Rosario en la Historia (de 1930 a nuestros días)*. Rosario: Ed. Universidad Nacional de Rosario, 2000.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRASSI, E. *La mujer y la profesión de asistente social*. El control de la vida cotidiana. Buenos Aires: Humanitas, 1989.

HOBSBAWM, E. *Historia del siglo XX*. Barcelona: Ed. Crítica, 1997.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche* – Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

JUNQUEIRA, H. I. Quase duas décadas de Reconceituação do Serviço Social: uma abordagem crítica. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 2, v. 4, dez. 1980.

KISNERMAN, N. A 40 años de la Reconceptualización. In: ALAYÓN, N. (Org.). *Trabajo Social latinoamericano. A 40 años de la Reconceptualización*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

LENIN, V. I. *O imperialismo – Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008.

LUKÁCS, G. São Paulo: Ática, 1981.

\_\_\_\_\_. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

LUXEMBURGO, R. *Rosa Luxemburgo – Textos escolhidos*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985. (Os economistas)

MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Vol. 1, livro 1, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Vol. 1, livro 1, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

\_\_\_\_\_. *O método da economia política*. In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx e Engels – História*. São Paulo: Ática, 1989.

MOLJO, C. B. *Trabajadores sociales en la historia*. Una perspectiva transformadora. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

NETTO, J. P. A crítica conservadora à Reconceituação. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 2, v. 5, 1981.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social e a tradição marxista. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 30, 1988.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. A Reconceituação: ainda viva, 40 anos depois. In: ALAYÓN, N. (Org.). *Trabajo Social latinoamericano. A 40 años de la Reconceptualización*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

PALMA, D. *La Reconceptualización*. Una búsqueda en América latina. Buenos Aires: Librería Ecro, 1977.

REVISTA HOY EN EL SERVICIO SOCIAL. Buenos Aires, n. 5, n. 6, 1966.

SERVIO, M. Trabajo social y tradición marxista. Apuntes para recuperar la experiencia argentina en los años 60 y 70. *Revista Cátedra Paralela*, Rosario, n. 6, 2009.

SIEDE, M. V. *Trabajo Social, marxismo, cristianismo e peronismo*. O debate profissional argentino en las décadas de 60-70. La Plata: Ed Dynamis, 2015.

VIANO, C. Una ciudad movilizada (1966/1976). In: PLÁ, A. (Org.). *Rosario en la Historia de 1930 a nuestros días*. Rosario: Ed. UNR, 2000.

DOI: 10.12957/rep.2017.32726

Recebido em 07 de setembro de 2017.

Aprovado para publicação em 06 de novembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.